



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
Email: pmjoanop@uol.com.br www.joanopolis.sp.gov.br

Ofício Gab nº 41/2013

REF.: Projeto de Lei Complementar nº 02/2013

Joanópolis, 04 de Fevereiro de 2013.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei Complementar nº 02, que: **“Altera a redação do art. 32 da Lei Complementar nº 01/1997 que Institui o Código Tributário do Município de Joanópolis”**.

Trata-se de Projeto visando a adequação do artigo à realidade, considerando-se que os valores contidos no artigo atualmente a título de penalidade não correspondem, na prática, a efetiva penalização ao contribuinte.

Ademais, ante a realidade dos cofres do nosso município, esta administração tem priorizado a criação de ferramentas que possibilitem o efetivo desenvolvimento dos trabalhos e conseqüente arrecadação eficaz aos cofres do Município.

Demais considerações serão desenvolvidas em Plenário.

Na oportunidade, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Adauto Batista de Oliveira
Prefeito

Ao Senhor
Primo Giovanni Poli Del Vechio
Presidente da Câmara Municipal de Joanópolis



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
Email: pmjoanop@uol.com.br www.joanopolis.sp.gov.br

Projeto de Lei Complementar nº 02 De 04 de Fevereiro de 2013

“Altera a redação do art. 32 da Lei Complementar nº 01/1997 que Institui o Código Tributário do Município de Joanópolis”.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Joanópolis, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 32 da Lei Complementar nº 01/1997, passa a contar a seguinte redação:

“Art. 32. A infração ao disposto nos artigos 18 ou 19 deste Código ensejará na aplicação, ao contribuinte, de multa equivalente a vinte Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESP) e determinação de regularização da inscrição no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: Em caso de aplicação da penalidade de que trata o caput deste artigo e não regularização da respectiva inscrição no prazo ali contido, aplicar-se-á nova multa equivalente a quarenta Unidades Fiscais do Município”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joanópolis, 04 de Fevereiro de 2013.

**Adauto Batista de Oliveira
Prefeito**



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
Email: pmjoanop@uol.com.br www.joanopolis.sp.gov.br

Código Tributário Municipal Lei Complementar nº 01/1997

SEÇÃO VI Das Penalidades

Art. 32. A infração ao disposto nos artigos 18 ou 19 deste Código ensejará na aplicação, ao contribuinte, de multa equivalente a duas Unidades Fiscais do Município.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
Email: pmjoanop@uol.com.br www.joanopolis.sp.gov.br

Código Tributário Municipal Lei Complementar nº 01/1997

Art. 18. O contribuinte é obrigado a requerer sua inscrição no prazo de trinta dias, contados da:

I - convocação que eventualmente seja feita pela Prefeitura;

II - demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;

III - aquisição ou promessa de compra do imóvel ou parte do imóvel, seja ela desmembrada ou parte ideal;

IV - posse do imóvel, exercida a qualquer título;

V - conclusão ou ocupação de edificação.

Art. 19. Até trinta dias contados da data do ato ou dos fatos, devem ser comunicados à Prefeitura:

I - pelo adquirente, a transcrição ou matrícula no Registro de Imóveis, do título aquisitivo de propriedade ou do domínio útil, de qualquer imóvel sujeito à cobrança do IPTU, nos termos deste Código;

II - pelo promitente vendedor ou pelo cedente, a transcrição ou matrícula no Registro de Imóveis, na celebração do respectivo contrato, de qualquer imóvel sujeito à cobrança do IPTU, nos termos deste Código;

III - pelo proprietário, pelo titular de domínio útil, pelo compromissário ou pelo possuidor a qualquer título, as ocorrências, relacionadas com o imóvel, que possam influir sobre o lançamento do IPTU, inclusive as reformas, ampliações ou modificações de uso.